

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES**Situação económico-financeira do Município em 31 de janeiro de 2018****Nota Introdutória**

A análise que se irá expor integra elementos provisórios, na medida em que os valores dispostos ainda serão sujeitos a conferências.

Porém, os desvios às variáveis expostas na presente informação não deverão ser materialmente relevantes, pelo que se julga que os elementos dispostos permitem um acompanhamento aproximado às condições económico-financeiras deste Município, à data referenciada.

1. Execução Orçamental**1.1 Orçamento da Receita****1.1.1 Execução do Orçamento da Receita**

Quadro 1 – Resumo da posição actual do Orçamento da Receita

ORÇAMENTO DA RECEITA					
	Dotação Actual	Liquidada	G.E.O.L.	Cobrada	G.E.O.C
Corrente	27 165 278,00 €	1 734 152,22 €	6,38	1 699 205,40 €	6,26
Capital	9 082 801,02 €	82 841,00 €	0,91	82 841,00 €	0,91
Outras	4 155 756,98 €	2 350 757,93 €	56,57	2 350 757,93 €	56,57
TOTAL	40 403 836,00 €	4 167 751,15 €	10,32	4 132 804,33 €	10,23

A receita cobrada total situava-se ligeiramente superior a 4,1 milhões de euros. Deste modo, o grau de execução na ótica das receitas cobradas situava-se em 10,2%.

1.1.2 Evolução das Receitas Municipais

As receitas totais cobradas evidenciam uma diminuição em em 33,1%, face ao período homólogo relativo ao ano anterior, circunstância que significou uma variação absoluta negativa, ligeiramente superior a 2 milhões de euros.

Na óptica das cobranças, importa reportar os aumentos verificados nos impostos indirectos (+19,9 mil euros), nos rendimentos de propriedade (+27,3 mil euros) e nas transferências correntes (+68,8 mil euros).

Em oposição, serão de salientar as quebras verificadas nos impostos directos (-137,5 mil euros), nas taxas, multas e outras penalidades (-163,5 mil euros), nas vendas de bens de investimento (-45,2 mil euros) e no saldo da gerência anterior (-1,8 milhões de euros).

Quadro 2 – Evolução das Receitas Municipais a preços correntes

Uni: Euro

Designação	Receita Total Liquidada				Receita Total Cobrada			
	31/01/2017	31/01/2018	variação absoluta	var. (%)	31/01/2017	31/01/2018	variação absoluta	var. (%)
Impostos directos	446 943,35	317 282,90	-129 660,45	-29,01	428 428,82	290 945,56	-137 483,26	-32,09
Impostos indirectos	71 005,80	44 249,61	-26 756,19	-37,68	24 823,51	44 706,46	19 882,95	80,10
Taxas, mult. e outras pen.	416 215,86	91 566,84	-324 649,02	-78,00	255 078,31	91 566,84	-163 511,47	-64,10
Rendimentos de prop.	24 604,20	54 822,47	30 218,27	122,82	22 770,45	50 070,33	27 299,88	119,89
Transferências correntes	1 096 469,91	1 124 141,16	27 671,25	2,52	1 055 327,17	1 124 141,16	68 813,99	6,52
Venda de bens e serv. cor.	650 592,97	96 218,57	-554 374,40	-85,21	101 307,98	92 363,01	-8 944,97	-8,83
Outras receitas correntes	236 631,86	5 870,67	-230 761,19	-97,52	3 814,66	5 412,04	1 597,38	41,87
Venda de bens de invest.	4 846 700,00	0,00	-4 846 700,00	-100,00	45 200,00	0,00	-45 200,00	--
Transferências de capital	675 135,52	82 841,00	-592 294,52	-87,73	82 371,00	82 841,00	470,00	0,57
Activos financeiros	23 089,71	0,00	-23 089,71	-100,00	0,00	0,00	0,00	--
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Rep. não abat. Pagamentos	3 671,65	250,87	-3 420,78	-93,17	3 671,65	250,87	-3 420,78	-93,17
Saldo da gerência anterior	4 155 756,98	2 350 507,06	-1 805 249,92	-43,44	4 155 756,98	2 350 507,06	-1 805 249,92	-43,44
TOTAL	12 646 817,81	4 167 751,15	-8 479 066,66	-67,05	6 178 550,53	4 132 804,33	-2 045 746,20	-33,11

1.2 Orçamento da Despesa

1.2.1 Execução do Orçamento da Despesa

A despesa total realizada situa-se ligeiramente superior a 2,3 milhões de euros e a despesa paga na ordem dos 2,1 milhões de euros.

Consequentemente, o grau de execução da despesa na ótica das realizações ascendia a 5,6% e na ótica dos pagamentos, na ordem dos 5,1%.

Quadro 3 – Resumo da posição atual do Orçamento da Despesa

Uni: Euro

ORÇAMENTO DA DESPESA							
	Dotação Actual	Cabimentado	Comprometido	Realizado	G.E.O.R.	Pago	G.E.O.P.
Corrente	24 820 210,00 €	17 166 354,70 €	12 767 207,36 €	1 537 069,92 €	6,19	1 377 159,30 €	5,55
Capital	15 583 740,00 €	12 097 881,53 €	8 122 885,51 €	722 650,79 €	4,64	686 535,92 €	4,41
TOTAL	40 403 950,00 €	29 264 236,23 €	20 890 092,87 €	2 259 720,71 €	5,59	2 063 695,22 €	5,11

1.2.2 Evolução das Despesas Municipais
Quadro 4 – Evolução das Despesas Municipais a preços correntes

Uni: Euro

Designação	Despesa Realizada				Despesa Paga			
	31/01/2017	31/01/2018	variação absoluta	var. (%)	31/01/2017	31/01/2018	variação absoluta	var. (%)
Despesas com pessoal	541 415,49	540 122,02	-1 293,47	-0,24	541 415,49	540 122,02	-1 293,47	-0,24
Aquisição de bens	52 443,70	54 213,14	1 769,44	3,37	47 207,39	40 692,74	-6 514,65	-13,80
Aquisição de serviços	717 079,20	752 843,57	35 764,37	4,99	420 232,43	647 669,00	227 436,57	54,12
Juros e outros encargos	544,19	138,83	-405,36	-74,49	544,19	0,00	-544,19	-100,00
Transferências correntes	250 860,83	110 995,63	-139 865,20	-55,75	232 313,08	84 629,61	-147 683,47	-63,57
Subsídios	0,00	17 124,00	17 124,00	--	0,00	17 124,00	17 124,00	--
Outras desp. correntes	34 402,17	61 632,73	27 230,56	79,15	19 654,84	46 921,93	27 267,09	138,73
Aquis. bens de capital	70 994,64	606 808,05	535 813,41	754,72	52 396,10	593 604,05	541 207,95	1032,92
Transferências de capital	151 173,07	97 931,87	-53 241,20	-35,22	137 408,12	92 931,87	-44 476,25	-32,37
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Passivos financeiros	17 872,01	17 910,87	38,86	0,22	17 872,01	0,00	-17 872,01	-100,00
Outras desp. de capital	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
TOTAL	1 836 785,30	2 259 720,71	422 935,41	23,03	1 469 043,65	2 063 695,22	594 651,57	40,48

As despesas totais realizadas denotam uma variação positiva em 23%, face ao volume verificado no período homólogo do ano anterior, representando um aumento absoluto em 422,9 mil euros.

Ao nível dos aumentos, destacam-se as aquisições de serviços (+35,8 mil euros), os subsídios (+17 mil euros), as outras despesas correntes (+17,1 mil euros) e a aquisição de bens de capital (+535,8 mil euros).

Ao invés, serão de referir as diminuições absolutas verificadas nas despesas com transferências correntes (-139,9 mil euros) e nas transferências de capital (-53,2 mil euros).

Relativamente aos pagamentos, verifica-se um aumento do respectivo volume, num valor próximo de 594,7 mil euros, significando uma variação positiva de 40,5%.

1.3 Grandes Opções do Plano

1.3.1 Evolução das Grandes Opções do Plano

Quadro 5 – Evolução das Grandes Opções do Plano a preços correntes

Uni: Euro

Designação	Despesa Realizada				Despesa Paga			
	31/01/2017	31/01/2018	variação absoluta	var. (%)	31/01/2017	31/01/2018	variação absoluta	var. (%)
Educação	171 977,88	369 148,14	197 170,26	114,65	99 392,93	283 947,31	184 554,38	185,68
Cultura, Desp e Temp. Liv	20 906,46	15 707,20	-5 199,26	-24,87	19 645,71	7 187,20	-12 458,51	-63,42
Acção Social	21 825,00	60 621,92	38 796,92	177,76	21 825,00	60 456,92	38 631,92	177,01
Saúde	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00	0,00	--
Habituação e Urbanismo	160 961,18	248 445,75	87 484,57	54,35	43 724,57	248 408,69	204 684,12	468,12
Saneamento e Salubridade	179 020,78	198 666,96	19 646,18	10,97	179 020,78	194 271,99	15 251,21	8,52
Protecção Civil	14 199,48	18 167,02	3 967,54	27,94	14 199,48	15 999,83	1 800,35	12,68
Desenv. Ec. e Abast. Púb.	40 967,90	56 747,67	15 779,77	38,52	38 599,12	55 007,22	16 408,10	42,51
Comunicações e Transp.	43 136,10	346 391,25	303 255,15	703,02	43 136,10	339 848,16	296 712,06	687,85
Defesa do Meio Ambiente	149,46	74 156,60	74 007,14	--	149,46	74 156,60	74 007,14	49516,35
Freguesias	223 085,69	47 207,88	-175 877,81	-78,84	191 577,77	24 699,92	-166 877,85	-87,11
Inst. e Serviços Municipais	81 560,38	34 983,93	-46 576,45	-57,11	56 801,04	23 849,09	-32 951,95	-58,01
TOTAL	957 790,31	1 470 244,32	512 454,01	53,50	708 071,96	1 327 832,93	619 760,97	87,53

Na ótica das realizações, verifica-se um acréscimo em 53,5%, face ao volume verificado no período homólogo do ano anterior. No âmbito da representatividade, será de referir que as despesas realizadas no objectivo “Educação” são as mais representativas, representando 25,1% do total das despesas realizadas em GOP’s . De salientar ainda os objetivos “Comunicações e Transportes” e “Habituação e Urbanismo”, com um peso no total das despesas em GOP’s de 23,6% e 16,9%, respetivamente.

2. Proveitos e Custos

2.1 Evolução dos Proveitos

Os proveitos denotam uma variação negativa em 16,1%. Neste contexto, destacam-se as quebras nos proveitos e ganhos extraordinários (-245,4 mil euros). Ao invés, salientam-se os aumentos nos proveitos e ganhos financeiros (+5 mil euros e nas transferências e subsídios obtidos (+4,9 mil euros).

Quadro 6 – Evolução dos Proveitos a preços correntes

Uni: Euro

Proveitos	Anos Económicos		Variação	
	31/01/2017	31/01/2018	absoluta	(%)
Vendas e prest. serviços	5 255,66	2 020,05	-3 235,61	-61,56
Impostos e taxas	60 101,59	61 250,30	1 148,71	1,91
Variação da produção	0,00	0,00	0,00	--
Proveitos suplementares	0,00	0,00	0,00	--
Transf. subs. obtidos	1 137 485,77	1 142 381,82	4 896,05	0,43
Outros prov. g. operac.	0,00	0,00	0,00	--
Trabalhos p/entidade	0,00	0,00	0,00	--
Prov. ganhos financeiros	4 611,13	9 637,98	5 026,85	109,02
Prov. ganhos extraord.	265 460,97	20 040,39	-245 420,58	-92,45
TOTAL DE PROVEITOS	1 472 915,12	1 235 330,54	-237 584,58	-16,13

2.2 Evolução dos Custos

Quadro 7 – Evolução dos Custos a preços correntes

Uni: Euro

Custos	Anos Económicos		Variação	
	31/01/2017	31/01/2018	absoluta	(%)
CMVMC	22 018,91	29 057,32	7 038,41	31,97
Forn. serviços externos	69 201,79	98 840,41	-29 638,62	-42,83
Custos com pessoal	415 419,45	451 496,08	36 076,63	8,68
Transf. s. cor. prest. soc	179 814,09	32 865,15	-146 948,94	-81,72
Amortizações do exerc.*	0,00	0,00	0,00	--
Provisões do exerc.	0,00	0,00	0,00	--
Outros cust./perd. operac.	7 910,32	26 246,77	18 336,45	231,80
Custos e perdas financ.	642,25	162,22	-480,03	-74,74
Custos e perdas extraord.	179 643,47	105 785,45	-73 858,02	-41,11
TOTAL DE CUSTOS	874 650,28	744 453,40	-189 474,12	-21,66

*Apuramentos só efectuados no término de cada exercício

Os custos denotam um decréscimo em 21,7%, refletindo uma diminuição nos custos com fornecimentos e serviços externos (-29,6 mil euros), transferências e subsídios correntes e prestações sociais (-146,9 mil euros) e custos e perdas extraordinárias (-73,9 mil euros).

Em sentido inverso, verifica-se um aumento nos custos com pessoal (+36,1 mil euros) e nos outros custos e perdas operacionais (+18,3 mil euros).

3. Endividamento municipal

O montante de endividamento líquido municipal, cujo conceito é transposto no SEC2010 é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira, as dívidas a fornecedores e a soma dos ativos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido das entidades em que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o sector empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local.

3.1 Endividamento de curto prazo

Nos termos do artigo 50.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de curto prazo são contraídos para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

A legislação aplicável não reporta qualquer limite ao montante permitido contratualizar com instituições financeiras, contribuindo para tal circunstância, o condicionalismo deste empréstimo se amortizar no ano económico da sua constituição, pelo que não consente fundar dívida de curto prazo em médio longo prazo.

Neste contexto, esta autarquia contratualizou um empréstimo de curto prazo de 1,5 milhões de euros, não tendo, à data de referência, qualquer montante em dívida neste âmbito.

3.2 Endividamento de médio e longo prazos

Os empréstimos de médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Com a entrada em vigor no novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais esta capacidade está inerente ao limite da dívida total.

3.3 Endividamento líquido

Quadro 8 – Síntese do endividamento municipal à data de 31/01/2018

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DíVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	8 450 248,47	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	0,00	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos* (1)
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido* (1)
CAPITAL EM DíVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	3 071 278,73	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DíVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	5 378 969,74	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	0,00	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)

uni: euro

O endividamento líquido, apurado nos termos do SEC 2010, será de 0, decorrente da circunstância dos ativos financeiros superarem os passivos financeiros, mesmo sem a exclusão do capital em dívida excepcionado, o qual se situa próximo de 3,4 M€.

4. Limite da dívida total

Nos termos do artigo 52.º da Lei 73/2013, a dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo das entidades intermunicipais, das entidades associativas e das empresas locais e participadas, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Conforme se pode verificar no quadro apresentado na página seguinte, o Município de Ourém cumpre o limite da dívida total definido na Lei 73/2013, dispondo de uma margem ligeiramente superior a 31,6 milhões de euros.

Contudo, importa referir que no mapa exposto não se encontra reportada a dívida total das entidades intermunicipais e de outras entidades participadas, estas últimas só a dispor, caso se verifique o incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º da Lei 50/2012. Tal inclusão, só será exequível no término de cada exercício económico, nos documentos de prestação de contas inerentes a contas consolidadas.

Quadro 9 – Limite da Dívida Total (artigo 52.º da Lei 73/2013)

Designação	Valores (em euros)
Receitas corrente líquida cobrada - 2015	26 912 173,27
Receitas corrente líquida cobrada - 2016	28 987 450,07
Receitas corrente líquida cobrada - 2017	28 313 680,71
Limite da Dívida Total (1,5 x a média aritmética dos 3 últimos anos)	42 106 652,03
Dívida Total apurada em 31/01/2018*	10 478 860,78
Margem face ao limite legal previsto na Lei 73/2013*	31 627 791,25
* Não inclui a dívida total das entidades intermunicipais e participadas que sejam de considerar	

6. Volume de pagamentos em atraso nos termos da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso)

Em observância à LCPA (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro), reporta-se que, em 31 de janeiro de 2018, não existia qualquer pagamento em atraso apurado nos termos da mencionada lei.

6. Componentes da Dívida à data de 31 de janeiro de 2018

6.1 Dívida de terceiros

As dívidas de terceiros ascendem a um montante ligeiramente superior a 6,2 milhões de euros, dos quais um montante na ordem de 1,4 milhões de euros se reporta a dívidas de curto prazo.

A dívida de médio e longo prazo é ligeiramente superior a 4,8 milhões de euros e decorre do contrato firmado no âmbito da parceria Público-Privada com a entidade Maisourém, S.A..

Quadro 10 – Dívidas de terceiros

Dívidas de terceiros de curto prazo	1 436 313,25 €
Empréstimos concedidos	0,00 €
Clientes c/c	22 836,72 €
Contribuintes c/c	83 770,36 €
Utentes, c/c	96 835,47 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	514 354,73 €
Adiantamentos a fornecedores	0,00 €
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00 €
Estado e outros entes públicos	105 279,02 €
Administração autárquica	0,00 €
Outros devedores	613 236,95 €
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	4 801 500,00 €
Outros devedores*	4 801 500,00 €
Total das dívidas de terceiros	6 237 813,25 €

* Dívida inerente à Parceria Público-Privada – Maisourém, S.A

6.2 Dívida a terceiros

Quadro 11 – Dívidas a terceiros

Dívidas a terceiros de curto prazo	1 148 376,33 €
Empréstimos de curto prazo	0,00 €
Adiantamento por conta de vendas	1 463,00 €
Fornecedores, c/c	114 770,64 €
Fornecedores, c/c - Facturas em recepção e conferência	353 746,99 €
Credores pela execução do orçamento	0,00 €
Clientes e utentes c/cauções	121 457,07 €
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00 €
Fornecedores de imobilizado, c/c	2 265,94 €
Estado e outros entes públicos	84 928,69 €
Administração autárquica	0,00 €
Outros Credores	367 906,31 €
Fornecedores de imobilizado - Fact. em recepção e conferência	101 837,69 €
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	9 330 484,45 €
Dívidas a instituições de crédito	8 450 248,47 €
Dívida a fornecedores imobilizado - locação financeira	0,00 €
Dívidas a fornecedores Imobilizado - aquis. mlp	0,00 €
Fundo de Apoio Municipal	880 235,98 €
Total das dívidas a terceiros	10 478 860,78 €

As dívidas a terceiros de curto prazo situam-se ligeiramente superiores a 1,1 milhões de euros.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo ascendem a um valor na ordem de 9,3 milhões de euros, os quais se reportam a empréstimos de médio e longo prazo e à participação no Fundo de Apoio Municipal.

No seu cômputo, à data de 31 de janeiro de 2018, as dívidas do município a terceiros situavam-se próximas de 10,5 milhões de euros.

7. Disponibilidades

Quadro 12 – Disponibilidades

Disponibilidades	
Depósitos em instituições financeiras	2 361 813,38 €
Caixa	6 279,56 €
Total de disponibilidades	2 368 092,94 €

Em 31 de janeiro de 2018, este município disponha de um valor próximo de 2,4 milhões de euros em depósitos em instituições financeiras e na ordem de 6,3 mil euros em caixa.

8. Assunção de compromissos plurianuais – autorização prévia genérica

Face à autorização prévia genérica deliberada pela assembleia municipal, em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da assunção de compromissos plurianuais e, particularmente, para cumprimento do disposto no ponto 3 da referida autorização, o órgão executivo reporta os compromissos plurianuais assumidos, enquadrados na referida autorização.

Para os referidos efeitos, reporta-se que entre 1 e 31 de janeiro de 2018, não ocorreu a assunção de qualquer compromisso tendo por referência esta autorização prévia genérica.

9. Acompanhamento das empresas municipais

Em observância à Lei 50/2012, de 31 de agosto e à Lei 73/2013 de 3 de setembro, apresenta-se informação relativa às empresas municipais, em conformidade com a documentação facultada pelas mencionadas entidades.

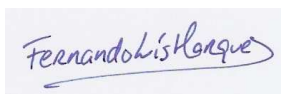
9.1 OURÉMVIVA**Quadro 13 – OURÉMVIVA**

(Dados reportados a 30 de novembro de 2017)

Títulos negociáveis	Euros
Acções	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00
Títulos de dívida pública	0,00
Outros títulos	0,00
Outras aplicações de tesouraria	0,00
	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa	Euros
Depósitos em instituições financeiras	408 944,79
Caixa	2 500,00
	411 444,79
Dívida de terceiros - Curto prazo	Euros
Clientes, c/c	405 990,61
Clientes de cobrança duvidosa	197 194,11
Estado e outros entes públicos	682,82
Adiantamentos a terceiros e fornecedores	844,27
Pessoal	0,00
Outros devedores	4 294,38
	609 006,19
Outras contas a receber e a pagar	Euros
Gastos a reconhecer	5 595,47
Devedores p/ acréscimo rendimentos	646,94
	6 242,41

Dívidas a terceiros - Curto prazo	Euros
Fornecedores, c/c	270 438,63
Fornecedores de imobilizado c/c	
Outros credores	2 604,14
Empréstimos (curto prazo)	
Contas correntes caucionadas	
Locações Financeiras	
Adiantamentos de clientes	
Estado e outros entes públicos	154 368,93
	427 411,70
Dívidas a terceiros - Médio, longo prazo	Euros
Empréstimos Obtidos	0,00
	0,00
Deferimentos	Euros
Rendimentos a reconhecer	20 794,02
Credores p/ acréscimo de gastos	344 763,53
	365 557,55

O Chefe da Divisão de Gestão Financeira,



(rubrica digitalizada)

Fernando Luís Marques

(Economista)